



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**GABINETE DA DEPUTADA IRINY LOPES – PT/ES**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2024**

Estabelece a prática ou incitação de atos antidemocráticos como inidoneidade para fins de licitação ou contrato pela administração pública.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art.1º** Fica estabelecida a prática ou incitação de atos antidemocráticos, seja por pessoa física ou pessoa jurídica, como inidoneidade para fins de licitação ou contrato pela administração pública.

**Parágrafo único.** Para efeitos desta Lei consideram-se atos antidemocráticos todos aqueles que praticarem ou quem, de qualquer modo, concorrerem para os crimes descritos nos artigos 359-L, 359-N e 359-R do Código Penal.

**Art. 2º** A aplicação da sanção de "declaração de inidoneidade para licitar ou contratar" deve observar o prazo prescricional quinquenal.

**Parágrafo único.** O prazo prescricional é contado da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado a conduta do agente.

**Art. 3º** As pessoas físicas ou jurídicas que praticaram ou estimularam atos antidemocráticos, quando figurarem como licitantes ou contratadas pelo estado, estarão sujeitas à responsabilização administrativa, mediante a aplicação da penalidade de "declaração de inidoneidade para licitar ou contratar".

**§ 1º** A Administração Pública possui o prazo de 05 (cinco) anos, contados da ciência do fato, para instaurar o devido processo administrativo com o desiderato de apurá-lo.

**§ 2º** A instauração do processo administrativo para a apuração do fato demarca a interrupção do lapso temporal prescricional quinquenal para a responsabilização do agente licitante ou contratado em razão da prática de infração administrativa.

**§ 3º** A aplicação da penalidade de "declaração de inidoneidade para licitar ou contratar" pressupõe a realização do devido processo legal, com a devida oportunização ao interessado do exercício dos direitos ao "contraditório" e à "ampla defesa"; e, sobretudo, a efetiva comprovação do desenvolvimento da conduta ilícita pelo administrado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Américo Buaiz, 205 – Sala 804 – 8º. Andar - Enseada do Suá - CEP:29050-950

Vitória - ES - Telefone: (27) 3382-3700



Autenticar documento em <https://www.al.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3400310031003000390034003A005000, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**GABINETE DA DEPUTADA IRINY LOPES – PT/ES**

§ 4º A aplicação da sanção de "declaração de inidoneidade para licitar ou contratar" não exclui a obrigação das pessoas físicas ou jurídicas responsáveis de ressarcir a Administração Pública dos prejuízos sofridos em decorrência de atos antidemocráticos

§ 5º É competente para aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, a autoridade responsável pela celebração do contrato ou outra prevista em regimento, a depender do caso concreto.

§ 6º O reconhecimento da prática ou a instigação à realização de atos antidemocráticos por parte do contratado é passível de caracterizar interesse público hábil a ensejar a rescisão do contrato administrativo.

§ 7º É possível, em processo administrativo sancionatório, a utilização da prova emprestada, lícitamente produzida, oriunda de processo judicial, desde que sejam resguardados os direitos substantivos ao "contraditório" e à "ampla defesa" do interessado.

**Art. 4º** A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública tem eficácia no âmbito de todo estado e vincula os entes da administração pública municipais.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*Sala das sessões, 18 de março de 2024.*

**IRINY LOPES**  
**DEPUTADA ESTADUAL (PT/ES)**

---

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Américo Buaiz, 205 – Sala 804 – 8º. Andar - Enseada do Suá - CEP:29050-950

Vitória - ES - Telefone: (27) 3382-3700



Autenticar documento em <https://www.al.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3400310031003000390034003A005000, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**GABINETE DA DEPUTADA IRINY LOPES – PT/ES**

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei visa impedir que agentes que tenham praticado crimes contra o Estado Democrático de Direito, possam contratar por meio de licitação com o estado por serem inidôneos para fins de licitação ou contrato pela administração pública.

Tem-se, portanto que os atos antidemocráticos são manifestações (orais, publicadas em redes sociais, proclamadas em protestos, e outras) que se opõem ao regime democrático de direito, às suas instituições e a todo e qualquer princípio assegurado pela Constituição.

Conforme tem sido amplamente noticiado pelos veículos nacionais - e até internacionais - de imprensa, desde a proclamação do resultado das últimas eleições presidenciais, uma sucessão de atos e manifestações organizadas ocorreu com o mote de impedir o curso normal da democracia brasileira, isto é, a posse e o desempenho do mandato do Presidente da República legitimamente eleito, nos termos em que reza a Constituição Federal de 1988.

Tais movimentos escalaram, gradativamente, da mera reunião de pessoas em torno do discurso antidemocrático à efetiva prática de atos materiais de violência ao Estado Democrático de Direito, sendo o ápice de tal processo o lamentável ataque aos prédios dos três Poderes da República Federativa do Brasil no dia 08/1/2023, os quais resultaram em inúmeros prejuízos ao patrimônio material e imaterial do povo brasileiro.

Diante de tal cenário, questiona-se a respeito da possibilidade jurídica de responsabilizar administrativamente as pessoas responsáveis pela prática ou pela instigação à realização de atos antidemocráticos, mediante a imposição de óbice a que venham a participar de licitações ou mesmo celebrar contratos administrativos.

A contratação administrativa de pessoas, físicas ou jurídicas, que praticaram ou instigaram atos atentatórios ao Estado Democrático de Direito pode ser vista como incompatível com o princípio da "moralidade" estabelecido no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como com os princípios do "interesse público", da "segurança jurídica" e do "desenvolvimento sustentável", previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/21, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

No âmbito federal, no dia 10 de abril de 2023 e publicado no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2023, o Presidente da República deu despacho aprovando o Parecer nº JM - 01, de 06 de abril de 2023, do Advogado Geral da União, que adotou, nos termos estabelecidos no Despacho do Consultor-Geral da União nº 00290/2023/GAB/CGU/AGU, e do Despacho nº 00125/2023/CONSUNIAO/CGU/AGU, o Parecer nº 00001/2023/CONSUNIAO/CGU/AGU, determinação que inspira a presente lei.

Insta salientar que a manifestação do pensamento, expressão e reunião são sagrados para a Constituição por serem essenciais ao exercício da cidadania. Porém, esses direitos estão sujeitos a limites determinados pelo próprio texto constitucional, a fim de resguardar o Estado Democrático de Direito. Isso significa que, dependendo do teor da manifestação, indivíduos podem ser responsabilizados civil ou penalmente. Afinal, as leis civis e penais valem no contexto das manifestações como em qualquer outra situação ou circunstância.

A liberdade de expressão e a manifestação de pensamento não são absolutas, pois encontram limites em outros direitos também essenciais. Significa dizer que temos o direito

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Américo Buaid, 205 – Sala 804 – 8º. Andar - Enseada do Suá - CEP:29050-950

Vitória - ES - Telefone (27) 3382-3700



Autenticar documento em <https://www.al.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3400310031003000390034003A005000, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**GABINETE DA DEPUTADA IRINY LOPES – PT/ES**

de nos reunir, nos expressar e até mesmo protestar acerca de um determinado assunto. Porém, atos de cunho racistas, preconceituosos ou discriminatórios, que incitam ou provocam ações ilegais e contrárias ao Estado Democrático de Direito, ou que atentam contra a honra e a imagem das pessoas, podem admitir punições. Os abusos devem ser punidos, pois não se pode confundir liberdade com irresponsabilidade!

Por todo o exposto, submetemos à apreciação desta Casa o presente Projeto de Lei, contando, desde já, com indispensável apoio dos nobres pares.

*Sala das sessões, 18 de março de 2024.*

**IRINY LOPES**  
**DEPUTADA ESTADUAL (PT/ES)**

---

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Américo Buaiz, 205 – Sala 804 – 8º. Andar - Enseada do Suá - CEP:29050-950

Vitória - ES - Telefone: (27) 3382-3700



Autenticar documento em <https://www.al.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3400310031003000390034003A005000, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

